

 [Acesse a Edição](#)

ATA: ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 15/09/2021
Edição: 6403 | 1ª Edição | Ano XXVII | Publicada em: 27/11/2021
COMAM - Conselho Municipal de Meio Ambiente

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 15/09/2021

Aos quinze de setembro de dois mil e vinte e um às treze horas e trinta minutos, o Conselho Municipal de Meio Ambiente do Município de Belo Horizonte – COMAM, reunido por meio de videoconferência, conforme condições estabelecidas pela portaria SMMA nº 09/2020, no pleno exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4.253, de 04 de dezembro de 1985, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 5.893, de 16 de março de 1988, na Lei Municipal nº 7.277, de 17 de janeiro de 1997, na Lei Municipal nº 7.166, de 27 de agosto de 1996 e suas alterações no Decreto Municipal nº 5.362 de 04 de junho de 1986 e no Decreto Municipal 14.292 de 23 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto Municipal nº 14.368 de 12 de abril de 2011, teve sua Sessão Extraordinária declarada aberta pelo Presidente Mário de Lacerda Werneck Neto, o Presidente Suplente Sérgio Augusto Domingues e dos senhores (as) Conselheiros (as): Cleinis de Faria e Silva, Eduardo Coutinho de Paula, Henrique Damasio Soares, Iocanan Pinheiro de Araújo Moreira, Letícia Dias Schirm, Maraluce Maria Custódio, Marcio Croso Soares, Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Sousa, Maria Geralda de Castro Bahia, Maria Sther Moreira, Nancy Rebouças Julião, Patrícia de Castro Pretti, Paulo Freitas de Oliveira, Paulo Sérgio Campos Gomide, Pedro Gasparini Barbosa Heller e Ricardo dos Santos Soares e dos interessados ou seus representantes dos assuntos constantes na pauta. O Presidente Mário de Lacerda Werneck Neto abriu a sessão e passou a análise da pauta, conforme publicação no Diário Oficial do Município – DOM de 7 de setembro de 2021. 1) Assuntos Preliminares. O Conselheiro Paulo Gomide, solicitou a SMMA que lhe fosse enviado a tabela de procedimentos relacionada as atividades do Hospital Veterinário de Belo Horizonte, para melhor análise, e possível proposta para potencializar os atendimentos. Em seguida, o Presidente passou a palavra para Paulo Lamac, membro da comissão que trata das normativas para o licenciamento ambiental dos postos de combustíveis em Belo Horizonte, onde apresentou as conclusões observados após estudos e análises feitas pelo grupo de trabalho e apresentou as principais recomendações a respeito do tema, que visam melhorar e dinamizar o processo de licenciamento, tais como criação de uma classificação das empresas de consultoria, realização de workshops, ampliação dos projetos de educação para os agentes envolvidos no processo de licenciamento, tais como empreendedores, consultores e entidades de classe afins. Informou, também, sobre a adequação do município à legislação estadual com relação a alteração no prazo do licenciamento, mudando de 5 anos para 10 anos, apresentou a proposta da comissão para a dilatação do prazo, ponderando que o empreendimento somente terá o prazo máximo perante o cumprimento dos critérios especificados na proposta normativa. Após, o Conselheiro Cleinis de Faria e Silva, sugeriu que a classificação das empresas de consultoria, fosse convencionado pelos próprios empreendedores e entidades de classe afins que possuem maior conhecimento sobre o mercado, e poderiam ficar a cargo de registrar e cadastrar as empresas de consultoria. Em seguida, a Conselheira Maria Geralda de Castro Bahia sugeriu que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, o CAU, fosse incluído nas discussões do projeto de Educação, considerando que existem profissionais também da Arquitetura que atuam nos processos de licenciamento. Dando continuidade, o Presidente abriu para deliberação do Conselho a adequação do prazo do licenciamento dos postos de combustíveis para 10 anos e a proposta de retirada de tempo da licença pelo descumprimento de condicionantes ou por atuações pelos empreendimentos. A proposta foi aprovada por 11 (doze) votos favoráveis dos Conselheiros: Cleinis de Faria e Silva, Henrique Damasio Soares, Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Sousa, Nancy Rebouças Julião, Patrícia de Castro Pretti, Paulo Freitas de Oliveira, Paulo Sérgio Campos Gomide, Pedro Gasparini Barbosa Heller, Ricardo dos Santos Soares, Letícia Dias Schirm e Maraluce Maria Custódio. 2) Análise de projeto do Fundo Municipal de Defesa Ambiental. 2.1) Aprovação de recurso do Fundo Municipal de Defesa Ambiental para implantação do Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental para Resíduos Orgânicos (CEMAR) - Rua Nilo Antônio Gazire, 147, Estoril - R\$ 650.000, 00 – Relator: Paulo Gomide. O Presidente agradeceu a participação do Coronel Genedempsey Bicalho na reunião do Conselho. Em seguida, passou a palavra para Dany Sílvio Souza Leite Amaral, representante da DGEA/SMMA, que fez a apresentação da localização do CEMAR, as características do Centro e as ações de melhorias realizadas e as principais ações desenvolvidas. Ressaltou que a presente análise, trata da proposta de reforma da sede administrativa e outras melhorias do espaço para que a infraestrutura se adeque as ações que estão sendo propostas pelo CEMAR, para aumentar o potencial dessa área para uso comunitário. Apresentou as propostas para requalificação e reforma do espaço CEMAR. Logo após, o Presidente passou a palavra para o Coronel Genedempsey Bicalho. Em seguida, o Presidente passou a palavra para o relator, que após a leitura do relato, concluiu: “Voto favoravelmente a aplicação do recurso do Fundo Municipal de Defesa Ambiental, conforme posto pela equipe técnica, para a implantação do CEMAR Estoril.” Havendo acordo e não havendo mais discussões, o Presidente iniciou a votação e o processo foi aprovado por 10 (dez) votos favoráveis dos Conselheiros: Cleinis de Faria e Silva, Henrique Damasio Soares, Letícia Dias Schirm, Maraluce Maria Custódio, Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Sousa, Nancy Rebouças Julião, Patrícia de Castro Pretti, Paulo Freitas de Oliveira, Pedro Gasparini Barbosa Heller e Ricardo dos Santos Soares. Nesses termos foi APROVADO. 3) Análise de ratificação da Deliberação Normativa nº. 105/2021 “ad referendum”. O Presidente passou a palavra para o Pedro Franzoni, diretor da DLAM/SMM, que apresentou o contexto para implantação da nova DN. Havendo acordo e não havendo mais discussões, o Presidente iniciou a votação e o processo foi aprovado por 11 (onze) votos favoráveis dos Conselheiros: Cleinis de Faria e Silva, Eduardo Coutinho de Paula, Henrique Damasio Soares, Letícia Dias Schirm, Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Sousa, Nancy Rebouças Julião, Patrícia de Castro Pretti, Paulo Freitas de Oliveira, Paulo Sérgio Campos Gomide, Pedro Gasparini Barbosa Heller e Ricardo dos Santos Soares. Nesses termos foi APROVADO. 4) Análise de Deliberação Normativa. 4.1) Deliberação Normativa temporária para plantio de mudas em logradouros públicos – Relator: Sérgio Augusto Domingues. Em seguida, o Presidente passou a palavra para a Paula Cristina, da FPMZB, que após a leitura do relato, concluiu: “Objeto: Modificação temporária do padrão mínimo de muda de árvore para plantio em logradouros públicos definido pela Deliberação Normativa nº 69/10. Justificativas: Dificuldades temporárias para a obtenção de mudas no padrão DN 69/10 em razão dos impactos da COVID-19 nas atividades econômicas, incluindo os fornecedores de mudas para plantios em áreas públicas; A Diretoria de Gestão Ambiental da SMMA entende que uma flexibilização mínima e temporária dos padrões das mudas não prejudicará a presente temporada de plantios e nem sua qualidade; A DN COMAM nº 101/2020, que modificou temporariamente o padrão mínimo de muda de árvore devido aos impactos da COVID-19 em 2020, propiciou o plantio de aproximadamente 3.890 mudas em logradouros públicos e parques. Alterações propostas e período de validade: Altura mínima de 2.20 m entre o colo e a primeira inserção de galhos, em vez de 2.50m (DN 69); Raízes acondicionadas em vasilhame adequado, com volume de, no mínimo, 40 litros, em vez de 60 litros (DN 69), e que garanta o transporte da muda sem destorramento; Prazo de validade destas alterações: 200 (duzentos) dias, contados a partir da data de publicação desta deliberação, caso seja aprovada. Voto: Voto pela aprovação da Deliberação Normativa proposta.” Havendo acordo e não havendo mais discussões, o Presidente iniciou a votação e o relatório foi aprovado por 11 (onze) votos favoráveis dos Conselheiros: Cleinis de Faria e Silva, Eduardo Coutinho de Paula, Henrique Damasio Soares, Letícia Dias Schirm, Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Sousa, Nancy Rebouças Julião, Patrícia de Castro Pretti, Paulo Freitas de Oliveira, Paulo Sérgio Campos Gomide, Pedro Gasparini Barbosa Heller e Ricardo dos Santos Soares. Nesses termos foi APROVADO. 5) Processos Administrativos para análise de solicitação de supressão de espécimes arbóreos ipê-amarelo e ipê-cascudo, em atendimento à Lei Estadual nº 9.743, de 15/12/1988. 5.1) Número da Solicitação: 0231/20 – Interessado: Tanure Construções Ltda. – Empreendimento/Atividade: Supressão em área Privada – Localização: Rua Patagônica, nº 433 e 445, (compl.: Lote 010 e 014 - Quarteirão 175), Bairro Sion, Regional Centro-Sul. Havendo acordo e não havendo mais discussões, o Presidente iniciou a votação e o processo foi aprovado por 11 (onze) votos favoráveis dos Conselheiros: Cleinis de Faria e Silva, Eduardo Coutinho de Paula, Henrique Damasio Soares, Letícia Dias Schirm, Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Sousa, Nancy Rebouças Julião, Patrícia de Castro Pretti, Paulo Freitas de Oliveira, Paulo Sérgio Campos Gomide, Pedro Gasparini Barbosa Heller e Ricardo dos Santos Soares. Nesses termos foi CONCEDIDA autorização de supressão com compensação. 5.2) Número da Solicitação: 0089/20 – Interessado: Arlete Diniz Campolina – Empreendimento/Atividade: Supressão em área Privada – Localização: Rua Frei Martinho Burnier, (compl.: Lotes 009A, 009B, 010A e 011A – Quarteirão 038), Bairro Paquetá, Regional Pampulha. Havendo acordo e não havendo mais discussões, o Presidente iniciou a votação e o processo foi aprovado por 11 (onze) votos favoráveis dos Conselheiros: Cleinis de Faria e Silva, Eduardo Coutinho de Paula, Henrique Damasio Soares, Letícia Dias Schirm, Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Sousa, Nancy Rebouças Julião, Patrícia de Castro Pretti, Paulo Freitas de Oliveira, Paulo Sérgio Campos Gomide, Pedro Gasparini Barbosa Heller e Ricardo dos Santos Soares. Nesses termos foi CONCEDIDA autorização de supressão com compensação. 6) Processo Administrativo para análise de ratificação de autorização “ad referendum” para intervenção em APP. 6.1)

Número do processo: 01-045230/21-69 – Interessado: Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP – Empreendimento/Atividade: Parque Ecológico do Sol – execução de cercamento e passeio – Localização: Rua Queluzita, s/nº, Bairro São Paulo, Regional Nordeste – Relator: Iocanan Moreira. RETIRADO DE PAUTA. 7) Processo Administrativo para análise de autorização para intervenção em APP. 7.1) Número do processo: 01-032449/21-43 – Interessado: Flávio Pentagna Guimarães – Empreendimento/Atividade: Intervenção em APP para contenção de encostas e estabilização de taludes – Localização: Rua Correias s/nº, Bairro Sion, Regional Centro Sul – Relatora: Patrícia Pretti. O presidente passou a palavra para Suzana Seguro, representante da SMMA, que fez a apresentação da localização, das principais características do empreendimento/atividade e das propostas do empreendedor. Em seguida, o Presidente passou a palavra para a relatora, que após a leitura do relato, concluiu: “Diante do exposto, acompanho o parecer técnico da SMMA nº 1206/21 e manifesto favoravelmente à concessão de autorização parcial para intervenção em área de relevância ambiental exclusivamente para a execução das canaletas de drenagem e de descidas d’água, desde que atendidas as condicionantes previstas no anexo I do referido parecer técnico.” O Presidente agradeceu a presença do Senhor Carlos Eduardo Orsini, representante do empreendedor. Havendo acordo e não havendo mais discussões, o Presidente iniciou a votação e o relatório foi aprovado por 10 (dez) votos favoráveis dos Conselheiros: Cleinis de Faria e Silva, Eduardo Coutinho de Paula, Henrique Damasio Soares, Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Sousa, Nancy Rebouças Julião, Patrícia de Castro Pretti, Paulo Freitas de Oliveira, Paulo Sérgio Campos Gomide, Pedro Gasparini Barbosa Heller e Ricardo dos Santos Soares. Nesses termos foi CONCEDIDA autorização de intervenção em APP mediante emissão de termo de compromisso. 8) Processo Administrativo para análise de solicitação de Licença de Operação. 8.1) Número do processo: 31.000059836/2020-21 – Interessado: ONCOMED Centro de Prevenção e Tratamento de Doenças Neoplásicas Ltda. – Empreendimento/Atividade: Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento de urgência – Localização: Avenida José Patrocínio Pontes, nº 1355, (compl.: lote 001do quarteirão 039), Bairro Mangabeiras, Regional Centro Sul – Relatora: Maria Geralda de Castro Bahia. O Presidente passou a palavra para a relatora, que após a leitura do relato, concluiu: “ Por todo o exposto, voto favoravelmente à concessão de Licença de Operação para o empreendimento Oncomed Centro de Prevenção e Tratamento de Doenças Neoplásicas Ltda., atualmente denominado Orizonti – Instituto Oncomed de Saúde e Longevidade, pelo prazo de 10 (dez) anos, com as condicionantes relacionadas no Relatório de Estudo Ambiental - REA Nº 1195/21, reproduzidas a seguir, apenas com sugestões de um complemento na redação da condicionante 4, para maior clareza do seu conteúdo, além de correção na numeração da deliberação citada na condicionante 41, confirmada pela FMC.” Havendo acordo e não havendo mais discussões, o Presidente iniciou a votação e o processo foi aprovado por 11 (onze) votos favoráveis dos Conselheiros: Cleinis de Faria e Silva, Eduardo Coutinho de Paula, Henrique Damasio Soares, Iocanan Pinheiro de Araújo Moreira; Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Sousa, Nancy Rebouças Julião, Patrícia de Castro Pretti, Paulo Freitas de Oliveira, Paulo Sérgio Campos Gomide, Maria Geralda de Castro Bahia e Ricardo dos Santos Soares. Nesses termos foi CONCEDIDA Licença de Operação pelo prazo de 10 (dez) anos com condicionantes. 9) Assuntos Gerais. Sem mais assuntos a tratar, o Presidente Mário de Lacerda Werneck Neto deu por encerrada a Reunião Extraordinária. A presente ata foi lavrada pela Gerência Executiva do Conselho Municipal de Meio Ambiente e assinada pelos Conselheiros presentes. Belo Horizonte, quinze de setembro de dois mil e vinte e um.

[← Voltar](#)